



TERMO DE REFERÊNCIA

Foi utilizado, com adaptações, o modelo padrão com base na Lei nº 14.133/21 para Contratação Direta da Advocacia-Geral da União (link: <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/n-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta>).

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de fornecimento de mão de obra de sentenciados presos e egressos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP para a Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol, em regime de dedicação exclusiva, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

A Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol foi criada através da Lei nº 6.359 de 14 de agosto de 2019 e possui uma área de 4.049,166 ha com perímetro de 37.498,713m e encontra-se dividida geograficamente em Setor Pôr do Sol e Setor Sol Nascente, sendo esta última ainda subdividida em Trecho I, Trecho II e Trecho III.

Com o desenvolvimento habitacional e comercial da cidade, a Administração Regional vem recebendo inúmeras solicitações de serviços pela população, tais como: pedidos de manutenção de vias (tapa buraco), manutenção de galerias de águas pluviais (boca de lobo), limpeza de áreas, dentre outros, através do sistema Administração Regional 24h e de Ouvidoria e ainda de forma presencial, no protocolo via requerimento.

No âmbito interno, a RA-SOL vem recebendo constantemente pedidos dos servidores para contratação de serviços de copeiragem a qual irá beneficiar tanto o público interno quanto o externo quando estão solicitando serviços de forma presencial na Administração Regional.

A Administração Regional tem como função típica os serviços de zeladoria da cidade e ainda necessita realizar a manutenção preventiva e corretiva dos seus imóveis (Sede e seus próprios), bem como dos equipamentos públicos implantados em diversos pontos da Região Administrativa.

No quadro de pessoal da Administração Regional não possui servidores com atribuições compatíveis para execução direta das demandas, tornando-se justificável a terceirização dos serviços de copeiragem e de zeladoria através da contratação de empresa especializada.

Com essa contratação, a Administração Regional poderá atender as necessidades do público interno com serviços de copeiragem e o público externo com a execução de forma eficiente do plano de manutenção preventiva e corretiva nas estruturas da Sede da Administração Regional e seus próprios e nos equipamentos públicos implantados em toda Região Administrativa.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

3.1. Contratação de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, em regime de dedicação exclusiva, correspondentes ao fornecimento de mão de obra de 16 (dezesseis) sentenciados presos e egressos, do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso FUNAP - DF, obedecida a qualificação e aptidão de cada sentenciado.

3.2. Conforme prevê o Art. 2º do Decreto nº 43.824/2022 o Programa RESSOCIALIZA-DF não compreenderá a execução de serviços relacionados a seguir enumerados:

I - que envolva a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja execução possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; e

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção.

4. DO HISTÓRICO:

4.1. A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP-DF é o órgão distrital responsável pela gestão do trabalho realizado pelos internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Criada em setembro de 1986, atualmente está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), e tem como objetivo contribuir para recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, mediante a elevação do nível de sanidade física e mental, o aprimoramento moral, o adestramento profissional e o oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado.

5. DOS BENEFÍCIOS DEVIDOS:

5.1. Será de acordo com a Resolução nº 01, de 13 de setembro de 2021 (****), que dispõe sobre benefícios devidos aos reeducando que prestam serviços intramuros e extramuros, por intermédio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF.

5.2. Quanto aos valores de remuneração desta mão de obra, divide-se em Nível I, Nível II e Nível III que podem ser selecionados a critério do contratante. Tendo ainda, os valores correspondentes aos auxílio transporte, alimentação e custos operacionais e institucionais da FUNAP.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS VALORES PARA CONTRATAÇÃO - POR NÍVEL				
ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III
a	Bolsa Ressocialização	R\$ 1.138,50	R\$ 1.366,20	R\$ 1.639,44
b	Custos Operacionais e Institucionais para a FUNAP/DF*	R\$ 247,45	R\$ 247,45	R\$ 247,45
c	Auxílio Transporte **	R\$ 409,20	R\$ 409,20	R\$ 409,20
d	Auxílio Alimentação ***	R\$ 483,56	R\$ 483,56	R\$ 483,56
Valor amensal por sentenciado		R\$ 2.278,71	R\$ 2.506,41	R\$ 2.779,65

5.3. Os custos operacionais poderão sofrer variações anualmente, mediante apresentação de estudos de realinhamento da taxa.

5.4. Auxílio transporte no valor de até R\$ 409,20 (quatrocentos e nove reais e vinte centavos), conforme fórmula (R\$ 3,80 + 5,50 x 2 - ida e volta) x 22. Valores variáveis, conforme os dias úteis do mês e do itinerário a ser percorrido pelo sentenciado no deslocamento de sua residência/recolhimento até o local da efetiva prestação do serviço.

5.5. Auxílio-alimentação no valor de até R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro reais), conforme fórmula (R\$ 17,00 x 22). A quantia varia de acordo com a quantidade de dias úteis do mês. O valor está ajustado de acordo com os preços praticados no mercado local, levando em consideração a variação do custo de vida, conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar - ETP. Isso permite a conformidade com as regras do Programa, incluindo o limite para deslocamento. No contexto da nossa empresa, os trabalhadores não podem se distanciar muito da empresa devido à natureza das suas funções e às condições de trabalho. Portanto, é essencial que o valor do auxílio alimentação seja suficiente para cobrir os custos das refeições nos arredores da empresa, onde os preços podem ser mais elevados devido à localização estratégica.

5.6. Além disso, entre trabalhadores que ocupam o mesmo cargo e têm a mesma jornada, pode haver diferença no valor do vale-refeição se trabalharem em estabelecimentos distintos, onde o custo da refeição também varia. Isso ressalta a importância de manter um valor fixo para o auxílio alimentação, evitando qualquer tipo de diferenciação que possa ser interpretada como uma tentativa de camuflar um aumento salarial ou configurar uma premiação indireta. Portanto, a manutenção do valor do auxílio alimentação garante equidade entre os trabalhadores, independentemente das suas funções ou localização de trabalho, e está em conformidade com as políticas da empresa e as normas do Programa.

5.7. Os valores referentes ao auxílio transporte sofrerão reajuste sempre que houver a necessidade devido à mudança na tarifa do transporte coletivo público, ou quando o reeducando comprovar que reside no entorno do Distrito Federal, tendo assim, tarifa diferenciada.

5.8. Os valores referentes à Bolsa Ressocialização, atinente ao Nível I, em consonância com o art. 29, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - LEI DE EXECUÇÃO PENAL, não poderão ser inferiores à 3/4 (três quartos) do salário mínimo. E da Resolução nº 01, de 13 de setembro de 2021 da FUNAP/DF, sendo o Nível II, o equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Nível I e o Nível III, o equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Nível II.

5.9. A mudança de nível se dará por solicitação do chefe imediato, mediante avaliação dos(as) reeducando(as), em consonância com os critérios abaixo relacionados, que deverá ser encaminhado ao Presidente da Comissão Executiva do Contrato para análise das condições contratuais, consulta quanto à disponibilidade orçamentária, com o posterior encaminhado para autorização da despesa.

5.10. A mudança de nível de que trata o item anterior fica condicionada aos seguintes critérios de avaliação:

1. Permanecer no mínimo 06 (seis) meses no cargo, ou em tempo menor, desde que demonstre os critérios do nível referente à mudança almejada, e seja de interesse da Contratante;

2. Dedicar-se às suas atividades com empenho, de forma a receber, na sua avaliação, a pontuação mínima necessária para sua progressão ao próximo nível;

3. Empenhar-se na melhoria do grau de escolaridade;

4. Comprometimento com o trabalho;

5. Presteza/ Espírito de colaboração;

6. Interesse no aprendizado; e

7. Relacionamento com a chefia e relacionamento com os colegas.

5.11. A substituição de sentenciado preso (e egresso) por nível está sujeita a análise de disponibilidade de mão de obra no momento da solicitação.

5.12. Fica assegurado o critério de compensação quando não houver sentenciado preso (e egresso) disponível no nível solicitado, formalizando-se o competente termo aditivo em caso de alteração quantitativa.

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS VALORES

6.1. A estimativa de despesa total anual é de **R\$ 455.546,16** (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), correspondente à prestação de serviços de 16 (dezesseis) reeducando, conforme detalhado na planilha abaixo:

PLANILHA DE VALORES PARA A CONTRATAÇÃO - VALOR TOTAL				
Nr. Ordem	Especialidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total Mensal
1	Servente (equivalente ao Nível I - FUNAP)	12	R\$ 2.278,71	R\$ 27.344,52
2	Pedreiro (equivalente ao Nível III - FUNAP)	01	R\$ 2.279,65	R\$ 2.279,65
3	Serralheiro (equivalente ao Nível III - FUNAP)	01	R\$ 2.279,65	R\$ 2.279,65
4	Pintor (equivalente ao Nível III - FUNAP)	01	R\$ 2.279,65	R\$ 2.279,65
5	Copeiro (equivalente ao Nível I - FUNAP)	01	R\$ 2.278,71	R\$ 2.278,71
TOTAL MENSAL		16	R\$ 37.962,18	
TOTAL ANUAL			R\$ 455.546,16	

7. DO REAJUSTE

7.1. Será admitido o reajuste dos preços contratados, cabendo a entidade CONTRATADA, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos custos do Contrato;

7.2. No caso do primeiro reajuste, será observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir da data base da apresentação da proposta, com exceção da bolsa ressocialização de Nível I, que será reajustada na ocasião do reajuste do salário mínimo para atender à determinação legal do artigo 29, da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984;

7.3. Os reajustes que a Contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato;

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste;

7.5. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal;

7.6. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

7.7. O prazo acima ficará suspenso enquanto a entidade CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

7.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela entidade CONTRATADA;

7.9. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, e o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do presente Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato, exceto quando coincidir com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por meio de aditamento;

7.10. Os novos valores Contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

7.11. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste; e

7.12. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão de reajustes futuros.

7.13. A Administração poderá prever pagamento retroativo do período em que a proposta de reajuste permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívidas, desde que tenha sido requerida pela entidade CONTRATADA tempestivamente;

7.14. Na hipótese do previsto no subitem anterior, no qual se admite o pagamento retroativo, o período que a proposta permaneceu sob a análise da Administração será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade do próximo reajuste, se for o caso;

7.15. O valor do Contrato será reajustado anualmente, nos moldes dos artigos 53 e seguintes da Instrução Normativa SG/MPDG nº 5, de 25 de maio de 2017 (incorporada à ordem jurídica local por força do Decreto distrital nº 38.934/2018), sendo objeto de repactuação os valores dos custos operacionais institucionais, do seguro de acidente pessoal, da bolsa ressociação, do vale-transporte, e do auxílio-alimentação, observado as condições do Parecer Referencial 07/2020 - PGDF/PGCONS; e

7.16. As alterações de valores darão por ato da autoridade competente, devidamente publicado na Imprensa Oficial - Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

8. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

8.1. A contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF - por dispensa de licitação encontra fundamento no art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021:

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

8.2. Decreto Distrital nº 44.330/2023.

8.3. Decreto nº 43.824, de 07 de outubro de 2022, o qual Dispõe sobre a criação do Programa Ressociação-DF e dá outras providências.

8.4. De acordo com art. 2º da Lei nº 7.533 de 02 de Setembro de 1986, a FUNAP-DF é uma Fundação sem fins lucrativos, de ilibada reputação ético-profissional, a já formalizou contratos com o Supremo Tribunal Federal, com a Corregedoria Geral do Distrito Federal, com Ministério da Justiça, entre outros tantos Órgãos e Entidades.

8.5. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 51/2023 - PGDF/PGCONS.

9. DAS QUANTIDADES

9.1. O presente Termo de Referência prevê o fornecimento de mão-de-obra de até 16 (dezesesseis) sentenciados dos regimes aberto, semiaberto e do regime domiciliar do Sistema Penitenciário de Brasília-DF, conforme Item 6.1.

10. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão prestados no âmbito da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL DO DISTRITO FEDERAL.

10.2. A lotação dos reeducandos será designada pela Comissão Executora do Contrato, juntamente com o Responsável Setorial da área solicitante, conforme a necessidade da CONTRATANTE, podendo eventualmente suprir outras demandas, desde que previstas no rol de serviços contratados;

10.3. O local em que os contratados realizarão suas atividades poderá ser alterado em virtude de necessidade da CONTRATANTE ocasião em que a CONTRATADA será obrigada a aceitar a mudança. Todas as alterações serão no Distrito Federal;

10.4. É permitida a realização de atividades externas pelos reeducandos, em áreas públicas, desde que cumpridas às condições abaixo estabelecidas:

10.4.1. O sentenciado deve permanecer constantemente na companhia de outro servidor ou funcionário, que não esteja cumprindo pena, o qual ficará responsável pela fiscalização de suas atividades;

10.4.2. O Órgão ou empresa conveniada deve manter registro atualizado dos deslocamentos realizados, bem como dos horários de saída e de retorno do sentenciado;

10.4.3 Deve ser disponibilizado meio de contato direto com o sentenciado ou com o responsável pela fiscalização direta, sempre que necessário.

10.5. O CONTRATANTE fornecerá uniformes, materiais, ferramentas e equipamentos, inclusive de segurança individual, necessários à execução dos serviços.

11. DA JORNADA DE TRABALHO E ROTINA DE EXECUÇÃO

11.1. A jornada de trabalho do reeducandos será 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, a serem cumpridas no curso do expediente normal da CONTRATANTE, limitando ao máximo de 40 horas semanais, sendo obrigatório ao reeducando o mínimo de uma hora de descanso e no máximo duas horas;

11.2. De acordo com necessidade da CONTRATANTE a jornada poderá ser alterada podendo os serviços serem prestados nos finais de semana, desde que com anuência da FUNAP/DF;

11.3. A jornada de trabalho poderá ser reduzida ou reajustada mediante solicitação da chefia imediata devidamente anuída pelo Fiscal nomeado pela CONTRATANTE, com o correspondente ajuste salarial, caso o reeducando frequente curso de ensino fundamental, médio ou superior em horário comercial, desde que não seja violada a Lei de Execução Penal, as normas internas do Complexo Penitenciário do DF e as determinações da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal - VEP/DF; e

11.4. Não há previsão de horas extras para quaisquer contratados, independentemente dos setores em que estiverem lotados. Caso o horário de expediente do setor em que o contratado estiver lotado seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida a adequação nos horários da realização das atividades do reeducando para atendimento da nova situação, respeitando a jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, assim como quaisquer limites impostos pelas VEP/VEPEMA e pelo Complexo Penitenciário do Distrito Federal.

12. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Preposto

12.5.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres

em relação à execução do objeto contratado.

12.6. Gestor do Contrato

12.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

12.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

12.6.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

12.6.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal comprovante de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, no que couber, em face da peculiaridade do objeto contratado que não envolve relação trabalhista regidas pela CLT (art. 28, § 2º da Lei Federal nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal);

13.2. Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento da bolsa ressocialização, auxílio-alimentação, vale transporte, e eventuais verbas decorrentes do trabalho realizado pelos sentenciados presos (e egressos), comprovando o pagamento por ocasião da expedição da nota fiscal entregue ao CONTRATANTE;

13.3. Os auxílios transporte e alimentação deverão ser repassados aos reeducandos quinzenalmente, sempre no primeiro dia útil da 1ª e 2ª quinzena; e,

13.4. A bolsa ressocialização deverá ser repassada para os reeducandos em até 48 horas após a identificação do pagamento da CONTRATANTE, já considerando o prazo bancário.

13.5. A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes;

13.6. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por este assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo apresentar as certidões comprobatórias;

13.7. A CONTRATADA ficará obrigada, ainda, a:

13.7.1. Entregar à CONTRATANTE relação nominal dos sentenciados presos (e egressos) que serão utilizados no serviço a ser prestado, especificando-se o nível de enquadramento e a atividade a ser exercida por cada um, considerando a demanda apresentada;

13.7.2. Selecionar os sentenciados presos (e egressos) para o trabalho, dentre aqueles indicados pelos estabelecimentos penais do Distrito Federal, que estejam com documentação regularizada (cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas), observando-se ordem cronológica, sendo defeso ao CONTRATANTE imiscuir-se nos critérios de seleção;

13.7.3. Prestar orientação inicial aos sentenciados presos (e egressos) quanto a execução das tarefas, de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, apresentando a cada um a sua função, de acordo com o conjunto de necessidades previamente informadas pelo CONTRATANTE;

13.7.4. Garantir ao CONTRATANTE a mão de obra necessária à execução das tarefas, dentro dos horários por ela praticados, observando-se jornada de trabalho diária de 8 (oito) horas, com descanso nos feriados e finais de semana, em conformidade com a Lei de Execução Penal;

13.7.5. Fica equiparado ao descanso nos feriados o ponto facultativo, quando não houver expediente no órgão contratante.

13.7.6. Prestar os serviços contratados na forma ajustada, mantendo a execução de cronograma de tarefas que vier a ser estabelecido pelo CONTRATANTE;

13.7.7. Substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, qualquer dos sentenciados presos (e egressos) em razão de recolhimento, licença médica, ordem, disciplina, ou assiduidade, salvo na hipótese de inexistir mão de obra classificada em condições de substituição;

13.7.8. Coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidar da disciplina, controlar a frequência e a boa apresentação pessoal dos sentenciados presos (e egressos);

13.7.9. Designar, uma vez assinado o contrato e antes do início da execução do serviço, um servidor para funcionar como seu preposto perante o CONTRATANTE, o qual terá os poderes necessários para o cumprimento dos deveres contratuais, bem como apresentar os canais de contato e escala de visitas presenciais, considerando o disposto no art. 44 da Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG;

13.7.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, por meio de correspondência, qualquer fato relevante que eventualmente ocorra, que possa alterar significativamente a sua situação econômico-financeira ou a imagem pública;

13.7.11. Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a situação de progressão de regime do sentenciado preso;

13.7.12. Proceder aos descontos que porventura ocorram relativos à assiduidade dos sentenciados mediante informações e ocorrências prestadas pelo CONTRATANTE;

13.7.13. Proceder ao cálculo da folha de pagamento mensal dos sentenciados presos (e egressos), conforme os registros das folhas de frequência encaminhadas pelo CONTRATANTE;

13.7.14. Fazer com que os sentenciados presos (e egressos) cumpram as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE; e

13.7.15. Recolher e devolver ao CONTRATANTE os crachás e demais equipamentos que forem fornecidos para o exercício das atividades.

13.8. Nos termos do Decreto Federal nº 7.054/2009, o sentenciado preso é considerado contribuinte facultativo ao sistema de previdência, motivo pelo qual, ao exercer a faculdade, deverá providenciar pelos meios próprios os recolhimentos devidos (Parecer n. 179/2010- PROFIS/PGDF);

13.9. A CONTRATADA declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública do Distrito Federal;

13.10. Não fazer uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão contratual e a aplicação de multa, sem prejuízos das sanções legais cabíveis, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1. Proporcionar todos os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar todos os serviços objeto desta contratação;

14.1.2. Determinar o horário e o local onde serão prestados os serviços, respeitando-se a jornada de trabalho semanal de 40h (quarenta horas) dos sentenciados presos (e egressos);

14.1.3. Encaminhar à CONTRATADA até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente as folhas de ponto dos sentenciados, devidamente assinadas e atestadas;

14.1.4. Os desligamentos solicitados pela CONTRATANTE devem ser encaminhados até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês que anteceder o desligamento;

14.1.5. Orientar os sentenciados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços sejam realizados dentro dos seus parâmetros de eficiência e eficácia;

14.1.6. Cumprir com a CONTRATADA, todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos ou adiantados em decorrência desta contratação;

14.1.7. Notificar à CONTRATADA, formal e tempestivamente, de todas as irregularidades, dúvidas e reclamações observadas no decorrer do Contrato, não havendo

subordinação imediata entre o sentenciado preso (e egresso) e agente público do CONTRATANTE;

14.1.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante servidor (ou comissão) especialmente designado, conforme disposições do Decreto distrital nº 32.598/2010, incumbindo-lhe permanecer, constantemente, na companhia dos sentenciados presos (e egressos), franqueando à fiscalização externa contato direto com os mesmos ou com o servidor designado;

14.1.9. Fornecer material de consumo, uniforme e equipamentos de proteção individual, caso necessário à utilização dos mesmos, na execução dos serviços contratados;

14.1.10. Realizar, por meio das chefias imediatas, o controle de assiduidade e pontualidade dos sentenciados presos (e egressos) por meio de folha de frequência, que será atestada ao final de cada mês, além de manter registro atualizado dos deslocamentos realizados e dos horários de saída e retorno dos que realizarem atividades externas ao local da sede;

14.1.11. Efetuar o pagamento do valor do seguro de acidente pessoal dos reeducandos a seu serviço, em conformidade com a relação nominal da respectiva folha de pagamento, quando ofertada pela contratada, e comprová-lo mediante apresentação de apólice ou de documento similar até a data do início das atividades; e

14.1.12. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso de representantes da CONTRATADA aos locais de prestação de serviço, desde que devidamente identificados.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de Executor do Contrato, especialmente instituído para este fim, nos termos do Artigo 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/21;

15.2. O Executor do Contrato manterá registros de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas;

15.3. As providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas necessárias.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 5 (cinco) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato;

16.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

16.3. - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

16.4. I - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

16.5. II - Certidão de Regularidade com a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

16.6. III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando a comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

16.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso); e

16.8. Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável à CONTRATANTE no pagamento relativo à execução do contrato, haverá compensação, por dia de atraso, de acordo com a variação do IPCA *pro rata* tempore.

17. DO ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO

17.1. O contrato será devidamente administrado por servidor ou comissão executora devidamente designada pela CONTRATANTE.

17.2. À chefia imediata incumbe controlar a folha de frequência dos reeducandos, que deverá ser diariamente assinada em sua presença e ao fim de cada mês atestada por esta chefia.

17.3. A troca do reeducando será solicitada pela Chefia imediata, via processo SEI, a ser encaminhada ao executor do contrato ou ao Presidente da Comissão Executora do Contrato para autorização ou não.

18. DA VIGÊNCIA

18.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Não será exigida nenhuma garantia da execução contratual ou do fornecimento à contratada, contudo, a ocorrência de qualquer tipo de ato de execução dos fornecimentos não eximirá das penalidades previstas na legislação.

20. DAS PENALIDADES

20.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório, de acordo com o art. 142 do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

20.2. Além das aplicações das sanções administrativas previstas acima, e em outras legislações aplicáveis, poderá a Administração Pública anular a nota de empenho de despesa ou proceder na rescisão do instrumento contratual, na forma do art. 258, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste instrumento serão dirimidos pela Contratante, com fundamento na legislação aplicável à espécie, em especial, pelas Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023.

21.2. Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento da presente contratação.

21.3. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

22. DOS ANEXOS

22.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (169336300);

22.2. Anexo II - Modelo de Termo de Contrato (170482904);

ROMILDO PERES DE SOUZA

Coordenador de Licenciamento, Obras e Manutenção - COLOM/RA-SOL



Documento assinado eletronicamente por **ROMILDO PERES DE SOUZA - Matr.1713959-7, Coordenador(a) de Licenciamento, Obras e Manutenção**, em 20/05/2025, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **170419299** código CRC= **CD809A23**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
VC-311 AE - Trecho II - Sol Nascente - CEP -
Telefone(s):
Sítio - solnascente.df.gov.br

04020-00000336/2025-42

Doc. SEI/GDF 170419299